

# Sustentabilidade ambiental ultrapassa fronteiras municipais

Facebook

Gazeta Rural - 8 Setembro, 2017



Na sessão da tarde do segundo dia da Conferência EUROPARC 2017, nas Montanhas Mágicas, abordou-se a sustentabilidade como algo que não pode ser feito de forma limitada, mas em ação conjunta, encarando os espaços verdes com novas vozes, uma nova visão e novos valores.

“Queremos preservar a vida para além das nossas vidas”, começou por dizer o presidente da Câmara Municipal de Arouca, na reunião de presidentes de Câmaras e de Parques, que decorreu na Escola Secundária de Arouca. O autarca lembrou o problema dos incêndios florestais, pedindo que se procurem “políticas públicas para o minorar” e elogiando o recente projeto governamental de reforma florestal.

Os autarcas são, de resto, e nas palavras de Humberto Delgado Rosa, responsável pelo Capital Natural na Direção-Geral do Ambiente da Comissão Europeia, “parceiros especiais” na medida em que privam com quem trabalha e vive no terreno. “Os autarcas são indispensáveis para o plano de ação ambiental da Comissão Europeia”, disse,

acrescentando que de devem encontrar “formas de co-existência entre as espécies animais protegidas e o Homem”.

“decisões e escolhas que temos de fazer”, começou por dizer o Secretário de Estado das Regiões e Desenvolvimento Rural, Miguel Freitas. Para o governante, é fundamental mudar o padrão de leitura da realidade, passando a pensar os territórios numa lógica de médio/longo prazo. Para tal, lançou algumas questões aos autarcas de todos os países presentes na Conferência: “devemos pensar os territórios de forma circunstrita ou abrangente? Enquanto territórios de conservação ou globais? Preservar valor ou gerar riqueza?”. Para Miguel Freitas, é importante não olharmos para os territórios como sendo “de fronteira”, mas de forma específica, num “equilíbrio entre o habitável e o visitável”. Estas questões, o Secretário de Estado colocou no âmbito do racional político. No âmbito do racional técnico, questionou: “devemos privilegiar a intervenção sectorial ou uma visão holística? A intensificação ou a extensificação?” Como conciliar o capital social, económico e humano, a sustentabilidade e a inteligência? Para Miguel Freitas, os tempos são “de escolhas, de olhar para o médio e longo prazo, é preciso fazer escolhas”. E apontou a Floresta como um exemplo a ter em conta, para intervir. “Fomos desenvolvendo a floresta em monocultura e pensando que éramos um país com vocação florestal. É tempo de questionarmos o modelo e de fazermos escolhas racionais. Só quando somos confrontados com situações como os recentes incêndios somos levados a escolher. Isto marca o futuro dos territórios”, afirmou. Para o Secretário de Estado, a diversificação, a multifuncionalidade e a descontinuidade são palavras-chave, e “a intermunicipalidade é essencial para o sucesso destas políticas, numa lógica de território”, apontando o exemplo da colaboração entre municípios das Montanhas Mágicas.

Em jeito de balanço, Ignace Schops, presidente da Federação EUROPARC, pediu que o comprometimento com os valores naturais não estejam dependentes de outros interesses de agenda política e salientou que a sustentabilidade tem três dimensões: a ecológica, a social e a económica.

**Gazeta Rural**